

Ata da 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRÓ-GESTÃO **RPPS**

Data e Horário: 19/04/2021 16h30 às 18h06

Local: via Microsoft Teams

Pauta: Manual de Certificação Profissional - deliberações após sugestões apresentadas durante a reunião do CONAPREV ocorrida em 15/04/2021: a) avaliar sugestões recebidas durante e após a reunião do CONAPREV; b) revisar o texto da minuta para apresentação na reunião do CNRPPS; c) Alinhar slides da apresentação ao CNRPPS.

Memória da reunião: Verificada a presença dos membros relacionados ao final desta ata, o Presidente da Comissão do Pró-Gestão RPPS (Sr. Miguel Chaves) agradeceu a presença de todos e deu início a reunião, colocando em pauta preliminarmente a indicação dos membros do TCE-PB Eduardo Ferreira de Albuquerque e Sara Maria Rufino de Souza em substituição ao representantes do TCE-ES Simone Reinholz Velten e Diego Henrique Ferreira Torres que solicitaram na data de hoje, o desligamento da Comissão por conta das demandas internas do tribunal. Havendo a concordância de todos, o Hélio ficou responsável pelo contato com o Presidente da ATRICON para as tratativas e entrega do ofício de solicitação de alteração dos membros da Comissão. Miguel deu início a pauta do dia que trata da deliberação das propostas da entidades certificadoras ao manual de certificação profissional. 1- Sugestão recebida do João Figueiredo ABIPEM sobre a interpretação que será dada aos artigos primeiro e quatorze da portaria 9.907, de 2020 que dará tratamento diferenciado a contar de 01/01/2022, aos gestores que tomaram posse há mais de quatro anos. João sugere que possam ser incluídos também aqueles que tomaram posse há mais de 4 anos intercalados, considerando que a Portaria não faz essa referência. Ficou aprovado pela maioria que o profissional pode ter contados os tempos intercalados desde que esteja no cargo há pelo menos um ano na data da publicação da portaria (27/04/2020), tendo esses profissionais o mesmo tratamento daqueles que estão

no cargo de forma contínua 2-Proposta da Abipem que sugere que o conteúdo programático seja por tópicos e não detalhado como está no manual. Foi aprovado por unanimidade que será mantido o conteúdo detalhado, pois todos entendem que dessa forma dará a noção exata ao candidato daquilo que precisa ser estudado. 3- Proposta da Abipem de redução do conteúdo programático. Considerando que a reunião com o CNRPPS será no dia 20/04, não será possível deliberar sobre o assunto nesta reunião. Ficou definido que será analisada em outra oportunidade, juntamente com a proposta que a ANBIMA ficou de enviar. 4. Proposta Heliomar da Aneprem, sugere contemplar os profissionais que ocuparam cargos anteriormente aos quatro anos, ou seja, ocupam o cargo e por questões políticas saem e voltam a ingressar quatro anos depois. Miguel mencionou que a proposta não tem amparo legal na portaria, havendo a concordância de todos de que a proposta não poderá ser considerada e que a situação atual é apenas para transição. 5. Proposta da ANBIMA, para que a entidade possa elaborar uma prova que atenda efetivamente o propósito é importante que a entidade tenha conhecimento exato das atividades exercidas pelos profissionais que serão certificados agregando os conhecimentos necessários ao exercício de suas funções. Proposta aprovada no sentido de que será inserido no manual as atribuições genéricas dos profissionais, aquelas que são comum a todos. 6. Proposta ANBIMA, a entidade entende que a técnica aprovada no manual não é a melhor e sugere uma certificação para os gestores e dirigentes do conselho fiscal e deliberativo sem níveis inicialmente. Miguel explicou que como será exigido de todos como primeira certificação a básica, a ideia de não criar níveis nesse momento e definir de forma gradual essa mudança, com implementação a partir de 2024, com as certificações por porte e por níveis é interessante. Todos concordaram e Daniela ressaltou que é importante considerar a sugestão da Claudia de inserir no manual que a partir de 2024 as certificações **poderão** ser por níveis, ficando aberto, sendo prudente e indo ao encontro da portaria. 7. Proposta recebida da gestão de Recife-PE, sugere que os Gestores de Recursos que tenham certificações do tipo CEA e CGA possam fazer uma outra certificação de dirigente ou conselho fiscal ou deliberativo e continuariam habilitados. O Miguel entende que tal situação poderia fragilizar o nosso certificado porque poderá criar concorrência ao nosso certificado pois outras certificadoras irão querer o mesmo entendimento. O Renan colocou que a proposta poderia ser aceita apenas no tocante ao CGA agregado a outra certificação de dirigente ou conselheiro, pois trata-se de uma certificação superior, Daniela concordou com os termos e o Roberto mencionou que é importante haver a agregação do CGA com outra certificação para que o profissional

tenha conhecimentos acerca do RPPS. A proposta foi acatada com a exigência de que o profissional tenha a certificação introdutória da ANBIMA (Fundamentos em Gestão- CFG) e CGA ou CGE mais de dirigente ou conselheiro. **8.** Trata-se de ajuste interno de proposta anterior em que não foram mencionados que Gestor de Recursos e Comitê de Investimentos também estão habilitados para o Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal **9.** Miguel colocou que faltou definir na Certificação por provas e títulos, a pontuação dos títulos. Miguel colocou que para se definir será necessário um estudo mais aprofundamento e que seria melhor deliberar após esse estudo, primeiramente iniciar somente com provas, deixando em aberto no manual que o item relacionado aos títulos será tratada oportunamente pela Comissão e futuramente dar-se-á início ao programa de títulos. Todos concordaram. **10.** Miguel propôs ajuste no sentido que de na prova de Gestor de Recursos e membro do Comitê de Investimentos poderiam ser igualados ao dos gestores com 50% para básico e para intermediário e avançado baixar para 70% igualando ao mercado. Proposta aprovada por unanimidade.

Considerações finais:

Miguel fez o alinhamento da apresentação do manual de certificação profissional que será levado à apreciação do CNRPPS em reunião agendada para o dia 20/04/2021. A minuta será enviada previamente aos conselheiros para avaliação

Encerramento: Não havendo mais pronunciamento, deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos.

Em, 19 de abril de 2021.


Márcia Lúcia Paes Caldas
Secretária

Participaram desta reunião:

Miguel Antônio Fernandes Chaves-SPREV, Hélio Carneiro Fernandes-SPREV, Márcia Lúcia Paes Caldas-SPREV, Luciano Marques Silva-SPREV, Geraldo Vicente Silva-SPREV, Roberto Moisés-AL Previdência, Daniela Corrêa Benayon-Manaus Previdência, Claudia Fernanda Iten-ASSIMPASC, Renan Aguiar-PREVIMPA-Porto Alegre-RS, e Alex Alberto Rodrigues, Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência Social, como convidado.